

Diretoria de Planejamento Relatório Geral dos Programas

Programa : 49 MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Unidade Gestora : 5010 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Tipo Programa 1 Programas Finalísticos

Objetivo : Assegurar e facilitar o acesso à justiça e agilizar a prestação jurisdicional

Público Alvo Jurisdicionados, servidores, magistrados e sociedade em geral

Justificativa : A estrutura do poder judiciário apresenta-se nitidamente defasada em relação às necessidades atuais. Atualmente exige-se cada vez mais a facilitação do acesso e à celeridade na prestação jurisdicional e, portanto, a organização da justiça deve acompanhar este dinamismo. Por isso torna-se indispensável o aprimoramento da estrutura de funcionamento da máquina do judiciário. Manter a atual situação em que se encontra o poder judiciário significa negar a existência do estado, dos poderes constituídos e ao mesmo tempo deixa o cidadão tocantinense à mercê da criminalidade e do aumento da violência. Neste contexto o programa de modernização visa facilitar à população o acesso à justiça e agilizar a prestação jurisdicional, dotando o poder judiciário com a infra-estrutura necessária e pessoal qualificado, através da realização de ações com este fim.

Estratégia de Implementação : Em face desta problematização, pretende-se promover e manter ações no sentido de facilitar o acesso de qualquer pessoa à justiça e agilizar a prestação jurisdicional. Para tanto, as ações do presente programa irão implementar a capacitação de recursos humanos, concessão de bolsa estudos, a construção,

Unidade Responsável:

ampliação, aparelhamento e informatização de unidades administrativas. Pretende-se alcançar os resultados através de ações destinadas à capacitação de magistrados e servidores, nas atividades meio e fim, realizando-se cursos, seminários, painéis, workshop, atividades culturais e aquisição de livros e periódicos. Ao mesmo tempo busca-se executar projetos de construção, ampliação, reforma, adaptação e aparelhamento de imóveis, para melhorar a infra-estrutura física do poder judiciário tocantinense, que deverá abranger a sede do TJ, das comarcas, juizados e a escola superior da magistratura tocantinense, de forma a propiciar melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento ao jurisdicionado. Concomitantemente busca-se implantar, ampliar e reestruturar o processo de informatização, com o uso de novas tecnologias, tendo como meta a informatização de todas as unidades administrativas do poder judiciário do estado, a construção de redes locais, bem como a interligação por intermédio do sistema internet/intranet. Ainda na busca da celeridade do acesso à justiça, a concessão de bolsa estudo aos servidores se dará via repasse de até 50% do valor da mensalidade à instituição de ensino superior, oportunizando capacitação profissional e qualidade na prestação dos serviços judiciais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Horizonte Temporal

Contínuo

Multisetorial :

NÃO

Outros Órgãos

Data Início :

Data Final :

Vlr Tot Programa

Diretoria de Planejamento Relatório Geral dos Programas

Programa : 50 JUSTIÇA, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

Unidade Gestora : 5010 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Tipo Programa 1 Programas Finalísticos

Objetivo : Assegurar o exercício do direito de cidadania da população, da criança, do adolescente e do índio. promover a conscientização de valores sociais e de preservação do meio ambiente.

Público Alvo Sociedade em geral

Justificativa : O aumento da violência sexual infanto-juvenil, o alto índice de consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como o número de atos infracionais cometidos por menores, saltam aos olhos da população que se ressentem de local apropriado para a promoção de assistência ao menor agressor e vítima de agressão. nesse sentido, pretende-se promover a edificação de instalações adequadas (ciaca) que abrigarão diversos órgãos responsáveis pela política de atendimento à criança e ao adolescente. ao mesmo tempo busca-se a construção de centros integrados da cidadania, programa desenvolvido pela secretaria nacional de segurança pública- senasp, órgão do ministério da justiça, que agregará várias instituições em uma única estrutura física, dotada de equipamentos necessários, possibilitando a adequação dos serviços judiciários e de inclusão à cidadania, no intuito de oferecer à população um atendimento digno e eficaz, combatendo a violência e a criminalidade. no que se refere ao meio ambiente urge a necessidade da adoção de ações, de maneira integrada, que possibilitem aos jurisdicionados, à população indígena, aos servidores e aos magistrados, a construção de valores sociais, conhecimentos, e atitudes voltadas para o exercício da cidadania, inclusão social e conservação do meio ambiente, garantindo, estimulando e fortalecendo a conscientização de cidadania e a democratização das informações ambientais.

Estratégia de Implementação : Construir e aparelhar os ciaca's e cic's, inclusive através de parceria com o ministério da justiça. no ciaca será prestado atendimento à criança e viabilizará meios para a execução de medidas sócio-educativas, através de parcerias. no cic, por sua vez, serão realizados atos para a inclusão social e a conscientização ambiental, através da orientação jurídica prestada pelos órgãos que irão compô-lo, da busca da conciliação, da mediação, distribuição de cartilhas e orientação de consumo e meio ambiente, e atendimento para a expedição de documentos de identidade, certidão de nascimentos, títulos de eleitor, carteira de trabalho, elaboração e distribuição de cartilhas educativas, beneficiando assim a população em geral, através de parcerias. a fim de proporcionar instrumentos eficientes à proteção do meio ambiente, serão criadas e instaladas varas especializadas. neste contexto também serão realizados cursos direcionados ao quadro de servidores objetivando uma postura e consciência de preservação do meio ambiente.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Horizonte Temporal

Contínuo

Multisetorial :

SIM

Outros Órgãos SETAS, SEJUSP, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e Municípios, Procon, SSP/TO, Ministério do Trabalho, T.R.E., Polícia Militar e serventias extra-judiciais.

Data Início :

Data Final :

Vlr Tot Programa